

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.395 - SP (2019/0223593-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : UNIMED DE RIBEIRÃO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
**ADVOGADOS** : HENRIQUE FURQUIM PAIVA - SP128214  
PEDRO SAAD ABUD - SP299716  
**AGRAVADO** : JOAO ROBERTO ALVARENGA MACHADO  
**ADVOGADO** : OMAR ALAEDIN - SP196088

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONVERSÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

JOÃO ROBERTO ALVARENGA MACHADO (JOÃO) ajuizou ação declaratória cumulada com obrigação de fazer contra UNIMED DE RIBEIRÃO PRETO -COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED), alegando que, na condição de médico especialista na área de oftalmologia, possui os requisitos legais para ingresso no quadro de cooperados da requerida, mas que por razões que desconhece, teve seu pedido negado na via administrativa.

O Juízo de primeira instância julgou procedentes os pedidos iniciais para condenar a UNIMED, após a observância das formalidades legais pertinentes à matéria, admitir o autor como cooperado (e-STJ, fls. 196/200).

Inconformada, a UNIMED interpôs apelação, desprovida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO - AÇÃO COMINATÓRIA - ADMISSÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO EM COOPERATIVA DE SAÚDE - CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVADA - ALEGAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE - RETRATAÇÃO DE INDICAÇÃO QUE NÃO IMPÕE ÓBICE AO INGRESSO DE INTERESSADO NA COOPERATIVA - ESTATUTO QUE PREVÊ APENAS ASSINATURA CONJUNTA DE PROPOSTA DE ADMISSÃO PELO INTERESSADO E POR DOIS MÉDICOS JÁ COOPERADOS - REQUISITO PREENCHIDO NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO DE ADMISSÃO - EXISTÊNCIA DE AÇÕES*

*JUDICIAIS QUE IGUALMENTE NÃO AFETA A CAPACIDADE TÉCNICA DO POSTULANTE - AUSÊNCIA DE PROVA DA CASSAÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES MÉDICAS NA ESPECIALIDADE OFTALMOLÓGICA - RECUSA ILEGÍTIMA - JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA QUE CONSAGRA O PRINCÍPIO DA LIVRE ADESÃO VOLUNTÁRIA E DA "PORTA ABERTA" - SENTENÇA MANTIDA - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (e-STJ, fl. 729)*

Os embargos de declaração opostos pela UNIMED foram rejeitados (e-STJ, fls. 745/748).

Após, a UNIMED interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando, em síntese, dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC, 4º, 21 e 29 da Lei nº 5.764/71 porque (1) o acórdão não teria fundamentado a conclusão de que a existência de três ações de erro médico em face do recorrido não modifica sua presumida capacidade técnica; (2) as demandas judiciais por erro médico em curso contra o autor indicariam a falta de capacidade técnica do profissional, constituindo-o em potencial risco aos segurados do plano de saúde; (3) o estatuto da UNIMED exigiria ao ingresso no quadro de cooperados que a proposta de admissão seja assinada pelo pretenso cooperado e por mais dois outros médicos já admitidos, sendo que, no caso dos autos, os médicos que haviam validado o ingresso do recorrido teriam se retratado da indicação que haviam feito em seu favor, de modo que o autor teria deixado de preencher os requisitos essenciais à admissão; e (4) a admissão de médico incapaz tecnicamente comprometeria a realização da missão institucional da cooperativa (e-STJ, fls. 751/768).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 784/785).

O apelo nobre não foi admitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo porque (1) as razões recursais demandariam o reexame das provas dos autos; (2) não teria ficado demonstrado o dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 796/798).

Irresignada, a UNIMED interpôs agravo em recurso especial, sustentando o afastamento dos óbices à admissão do apelo nobre (e-STJ, fls. 801/811).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Considerando que o agravo merece conhecimento e tendo em vista as razões contidas no recurso especial subjacente, CONVERTO o agravo em em recurso especial, para melhor análise da controvérsia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator